

Um novo estado da arte para o livro didático de história: Choppin (2004) vinte anos depois

A new state of the art on history textbooks: Choppin (2004) twenty years later

Un nuevo estado del arte para el libro de texto de historia: Choppin (2004) veinte años después

Rafael Fiedoruk Quinzani*

Edilson Aparecido Chaves**

Resumo: Este artigo sintetiza o estado atual da pesquisa sobre o livro didático de História. Para tanto, revisitamos o estado da arte anteriormente proposto por Alain Choppin (2004) e demonstramos como os principais eixos de sua discussão se transformaram profundamente ao longo das duas décadas desde a tradução desse texto. Dentre outros debates, abordamos mudanças e permanências sobre os conceitos em circulação, as formas de articulação entre pesquisadores, os temas abordados e a metodologia na pesquisa e na produção de sínteses sobre esse material. Por meio do artigo, o leitor contará com subsídios para uma escrita da história engajada com os problemas e as perspectivas atuais do livro didático e do ensino de História.

Palavras-chave: Livro didático de História; livro didático; historiografia; estado da arte.

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2332-6877> E-mail: rafaelfiedorukquinzani@gmail.com

** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Pós-doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor Titular de História do Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4909-8059> E-mail: edilsonhist@gmail.com



Abstract: This article synthesizes the current state of research on history textbooks. To this end, we revisit the state of the art previously outlined by Alain Choppin (2004) and demonstrate how the main axes of his discussion have undergone profound transformations over the two decades since the translation of that text. Among other debates, we address changes and continuities regarding the concepts in circulation, the forms of collaboration among researchers, the themes addressed, and the methodology in research and in the production of syntheses on textbooks. This article provides resources for historical writing engaged with the current problems and perspectives of the textbooks and History education.

Keywords: History textbooks; textbooks; historiography; state of the art.

Resumen: Este artículo sintetiza el estado actual de la investigación sobre el libro de texto de Historia. Para ello, retomamos el estado del arte propuesto previamente por Alain Choppin (2004) y demostramos cómo los principales ejes de su discusión se han transformado profundamente en las dos décadas transcurridas desde la traducción de dicho texto. Entre otros debates, abordamos los cambios y las continuidades en cuanto a los conceptos en circulación, las formas de articulación entre investigadores, los temas abordados y la metodología de investigación y producción de síntesis sobre el libro de texto. A través de este artículo, el lector dispondrá de recursos para una escritura de la Historia comprometida con los problemas y perspectivas actuales del libro de texto y la enseñanza de la Historia.

Palabras clave: Libro de texto de historia; libro de texto; historiografía; estado del arte.



Introdução

Quando a ideia deste artigo começou a tomar forma, comemoravam-se vinte anos da publicação de um estudo que se tornou uma das principais referências na área: *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*, de Alain Choppin (2004). A ampla repercussão desse texto se evidencia pela quantidade de pesquisas que, desde então, o citam como base para compreender o desenvolvimento dos estudos sobre livros escolares.

O artigo de Choppin ofereceu um panorama sólido sobre como o campo interpretava o livro didático de História no início dos anos 2000. Contudo, as duas décadas que se seguiram foram marcadas por uma expansão sem precedentes na pesquisa sobre livros didáticos, acompanhada por novos debates, metodologias, objetos de interesse e redes de investigação. Diante desse cenário, torna-se necessário atualizar aquela síntese, revisitando-a à luz das transformações ocorridas.

Apesar do crescimento da produção acadêmica sobre livros didáticos, ainda carecemos de um mapeamento consistente das mudanças conceituais, metodológicas e temáticas que marcaram o campo após o estudo de Choppin. Persistem lacunas, repetições, tensões teóricas e divergências na forma como se compreende o livro didático enquanto objeto histórico, pedagógico e material.

Este artigo tem por objetivo contribuir para uma nova versão de estado da arte (ou estado do conhecimento) sobre o livro didático de História, tomando como referência as categorias propostas por Choppin (2004) e examinando como cada uma delas se transformou nas duas últimas décadas no contexto da pesquisa brasileira.

Como procedimento metodológico¹, realizamos uma leitura analítica do artigo de Choppin (2004), identificando, em cada seção, os argumentos centrais, os conceitos mobilizados e as questões que permanecem relevantes para a compreensão da produção contemporânea sobre o livro didático de História.

A partir dessa análise, sistematizamos os principais eixos de discussão que, em nossa avaliação, permitem revisitar criticamente as proposições do autor à luz das pesquisas desenvolvidas nas últimas duas décadas. Esses eixos organizam a discussão apresentada a seguir:

1. Implicações metodológicas na produção de sínteses e na análise do livro didático;
2. Definições e conceituações de livro didático ao longo do tempo;
3. Distinções e diálogos entre pesquisas por meio do livro didático e pesquisas sobre o livro didático;
4. Transformações das problemáticas de pesquisa e articulações entre redes, campos e agentes envolvidos na produção do livro escolar.

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo fundamentam-se tanto na interlocução direta com o texto de Choppin (2004) quanto na produção bibliográfica acumulada pelos autores ao longo de suas investigações sobre o livro didático. Além disso, incorporamos ao debate o levantamento de quatrocentos e noventa e três pesquisas sobre o livro didático sistematizado por Quinzani (2023) em sua dissertação de mestrado.

Esse conjunto de estudos foi utilizado como base para identificar tendências, permanências e deslocamentos na produção acadêmica brasileira. Essa articulação entre revisão bibliográfica, mapeamento da produção científica e experiência de pesquisa dos autores possibilita atualizar e problematizar as categorias analíticas propostas por Choppin para o contexto brasileiro contemporâneo.

Retomar Choppin (2004) duas décadas mais tarde é crucial não apenas para reconhecer a trajetória da pesquisa brasileira sobre literatura escolar, mas também para identificar suas rupturas, permanências e novas tendências. Atualizar esse panorama permite compreender a consolidação, a diversificação e os desafios que persistem nesse campo — especialmente diante das profundas mudanças nas políticas educacionais, nos materiais didáticos e nas formas de circulação do conhecimento histórico.

Como diferencial, este artigo parte das temáticas originalmente propostas pelo autor, observando as transformações históricas do próprio campo e oferecendo, assim, uma leitura capaz de contextualizar o livro didático de História em sua complexidade contemporânea.

Implicações metodológicas na síntese das pesquisas sobre livros didáticos

Com a propagação das pesquisas com livros didáticos, é fundamental que sejam elaboradas sínteses dessa ampla produção. Contudo, os esforços de sistematização da historiografia relacionada aos livros e às edições didáticas enfrentam uma diversidade de desafios. Notavelmente, o artigo de Alain Choppin é um dos primeiros estudos com essa proposta (Choppin, 2004, p. 549).

Dentre os vários desafios para um panorama das informações já investigadas sobre o livro didático de História, o autor inicia destacando a própria linguagem. Há entendimentos distintos desse objeto, não apenas entre pesquisadores de idiomas diferentes, como também entre pesquisadores de uma mesma língua.

Essa variedade nos usos das linguagens, contudo, sequer pode ser percebida de forma explícita na maior parte dos casos, pois com frequência as definições de livro didático ou de objetos similares são consideradas óbvias ou naturais. Assim, a nossa proximidade com o livro didático, como objeto aparentemente evidente e indispensável para nossa realidade, frequentemente dificulta a compreensão de que em outros

contextos temporais e espaciais esse termo pode representar outros objetos históricos.

A problemática da linguagem apontada por Choppin (2004) permanece central no campo. A explicitação das definições de livros, manuais ou de outros objetos de finalidade didática continua ausente na maior parte dos estudos. Entretanto, o formato e o significado dessa lacuna têm se transformado.

Além de mais definições disponíveis e do formato distinto que essas têm assumido (conforme aprofundamos no tópico seguinte), vale destacar, em particular, o desenvolvimento de uma variedade de alternativas para contornar essa ausência de conceitos que continua acompanhando a maioria dos trabalhos.

Sobre essas novas alternativas, além da propagação de investigações colaborativas, um primeiro destaque consiste no acesso a novas ferramentas de pesquisa, que têm permitido dialogar com volumes de trabalhos acadêmicos anteriormente considerados inviáveis.

Atualmente, ferramentas como o Atlas.ti são capazes de verificar, em minutos, os dados de centenas de dissertações, teses, artigos e outros trabalhos. O recurso em questão foi utilizado, por exemplo, em Oliveira e Freitas (2022) para analisar 193 dissertações defendidas entre 2016 e 2018. Na ocasião, foi possível a identificação de 2217 trechos que fazem menção ao livro didático sem a necessidade de leitura completa dos documentos.

Uma segunda dificuldade apontada na elaboração de sínteses sobre os materiais didáticos seria o “[...] caráter recente desse campo de pesquisa: as obras de síntese ainda são raras e não abrangem toda a produção didática nem todos os períodos” (Choppin, 2004, p. 549). A esses problemas, acrescentar-se-ia a recente explosão do interesse por esse material, com milhares de trabalhos publicados. Assim, estabelecer-se-ia uma situação em que sínteses eram, ao mesmo tempo, marcadamente necessárias e raras.

As obras de síntese ainda ocupam uma reduzida proporção das reflexões sobre o livro didático. Todavia, devido ao grande aumento na quantidade de publicações sobre esse material, o número total de obras de revisão também aumentou² e os recursos para esses esforços de sintetização sofreram uma pluralização significativa.

Para contemplarmos o último desafio associado à produção de sínteses, cabe revisar, ainda, a afirmação realizada no encerramento do artigo de Choppin (2004). Na ocasião, o autor destaca a necessidade de maior atenção quanto aos inventários das pesquisas da história e da literatura escolar. Também são observados alguns dos potenciais que esses esforços poderiam apresentar:

Com efeito, ainda são raros os países que possuem um inventário, ainda que sumário, sobre o que foi publicado a respeito da pesquisa da história e

a literatura escolar. Tais instrumentos, que reuniriam as produções científicas nacionais (e delas dariam um breve resumo), apresentariam, no entanto, muitos benefícios: evitariam que pesquisadores e estudantes tivessem de desenvolver trabalhos redundantes e, portanto, quase sempre inúteis; a consulta a seus índices permitiria esboçar periodicamente o estado da arte da pesquisa nacional e destacar as áreas ainda pouco abordadas; e, finalmente, tais centros de referência favoreceriam e facilitariam os estudos comparativos em um campo de pesquisa no qual, ainda que possa parecer paradoxal, as trocas, os empréstimos e as influências são essenciais, tanto no plano da cultura quanto no da economia (Choppin, 2004, p. 566).

Embora concordemos com a necessidade de inventários sobre o conhecimento relacionado ao livro escolar, os diversos contatos que estabelecemos com a bibliografia produzida nas duas últimas décadas também evidenciam as limitações que esses inventários apresentam.

Sobre esse aspecto, temos percebido o Ensino de História como um espaço em disputa, no qual, embora alguns aceitem as novas ideias e informações apresentadas por sínteses, muitos continuam não acessando essas novas produções ou as recortando de uma forma que nega as perspectivas básicas que esses esforços de revisão visam propagar.

Embora maiores divulgações sejam necessárias, já estão disponíveis diversas sínteses do conhecimento histórico sobre o livro escolar. Contudo, mesmo quando acessadas e referenciadas por novas pesquisas, uma parte significativa dessas recentes investigações continua pensando a escola e o livro didático como reproduções imperfeitas da academia ou espaços que não se transformam historicamente.

Diante dessas permanências na forma de pesquisar o livro escolar, é importante reforçar a compreensão de que a universidade não está isolada da sociedade e de que ela tem uma função social, que deve ser continuamente reafirmada por meio da produção de conhecimento comprometido com as demandas de seu tempo.

Por meio dessa explicação, estabelecemos que o último desafio, não explorado por Alain Choppin, mas que não pode ser subestimado, está na própria dimensão humana dos pesquisadores, cujas concepções e desejos extrapolam e, por vezes, contrariam o próprio interesse pelo avanço da ciência. Assim, embora a produção de sínteses seja fundamental para a transformação dos estudos com didáticos, é igualmente necessária uma mudança na própria forma pela qual produzimos História.

Definição

Ao longo das últimas décadas, diversos autores propuseram definições para o livro didático. Até recentemente, esses conceitos explicavam os livros didáticos por um

elemento que era considerado central para sua compreensão. A variação entre essas definições era, principalmente, sobre quais elementos seriam valorizados³.

Contudo, como o próprio Choppin já destacava ao discutir as dificuldades de definição desse objeto, a noção de “livro didático” é marcada pela diversidade de vocabulários e pela instabilidade de seus usos, de forma que uma mesma denominação pode designar materiais distintos de acordo com o contexto (Choppin, 2004).

A multiplicidade de termos para definir o livro didático, destacada por Choppin, é aprofundada pela presença simultânea de outros materiais educativos no cotidiano escolar, cujas funções pedagógicas se sobrepõem às desse objeto, tornando problemática qualquer definição que vise abrangê-lo.

Nessa perspectiva, dependendo da definição utilizada para o livro didático, essa categoria pode abranger mapas, coleções de imagens, enciclopédias e outros objetos que compartilham funções educativas no cotidiano da escola e dificultam o estabelecimento de uma definição de livro didático válida para os mais diversos contextos espaço-temporais.

Antonio Batista, em *Um objeto variável: textos, impressos e livros didáticos* (Batista, 1999), reforça essa perspectiva. O autor destaca que nem todos os livros didáticos assumem a forma de livro, são explicitamente produzidos tendo em vista um destino escolar ou visam ocupar a mesma função educativa. De acordo com o autor, antes de definirmos esse objeto, é necessário considerar que esse é um material multifacetado, com diferentes configurações possíveis.

Nessa perspectiva, a conceituação inicial que buscava identificar uma essência do livro didático, evoluiu para reconhecer a pluralidade e complexidade desse objeto. Gatti Jr. (2004) diferencia manuais escolares de livros didáticos, apontando para a transição desses materiais ao longo do tempo, o que culmina no modelo contemporâneo que encontramos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

No contexto brasileiro, a concepção de livro didático foi construída tanto pela produção acadêmica quanto por outros espaços e agentes, destacando-se as políticas públicas de avaliação e distribuição. Como discutido por Chaves (2024), os documentos *Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos* (Brasil, 1994) e *Recomendações para uma Política Pública de Livros Didáticos* (Brasil, 2001) são referências centrais nesse processo.

Esses documentos mostram a passagem de uma concepção de livro didático como instrumento de construção do conhecimento e organização do ensino para outra em que se critica a concepção cristalizada de manual escolar, consolidada entre as décadas de 1960 e 1970.

Tal concepção cristalizada condicionava conteúdos, metodologias, progressão curricular e ação docente. Ao problematizar esse modelo e defender uma concepção

mais ampla e diversificada de materiais didáticos, os documentos em questão contribuíram para redefinir os critérios de avaliação do PNLD e a própria política pública do livro didático no Brasil.

Apesar desses esforços de ruptura, Itamar Freitas e Margarida M. D. de Oliveira percebem que essas mudanças foram acompanhadas pela consolidação de novos formatos padronizados de livro escolar: “O que acompanhamos, nos últimos anos, infelizmente, foi a acomodação dos autores e editores a um modelo de livro didático que se transformou em padrão” (Freitas; Oliveira, 2014, p. 17).

Essas considerações demonstram que, ao discutirmos o livro didático, devemos reconhecer suas múltiplas facetas e a evolução de suas compreensões ao longo do tempo. Isso não apenas reflete a diversidade nas características dos materiais utilizados na educação de acordo com cada contexto, mas também a necessidade contínua de adaptarmos nossas interpretações desses recursos à realidade educacional dinâmica.

Pesquisas por meio do livro didático e pesquisas sobre o livro didático

O livro didático tem sido investigado por uma diversidade de vieses. Contudo, precisamente devido à variedade de abordagens possíveis, pode se tornar difícil compreender essa produção em seu conjunto. Para contextualizar a pesquisa sobre esse objeto, Alain Choppin sugere a subdivisão em duas grandes categorias:

[...] aquelas que, concebendo o livro didático apenas como um documento histórico igual a qualquer outro, analisam os conteúdos em uma busca de informações estranhas a ele mesmo (a representação de Frederico II da Prússia, ou a representação da ideologia colonial por exemplo), ou as que só se interessam pelo conteúdo ensinado por meio do livro didático (história das categorias gramaticais, por exemplo); aquelas que, negligenciando os conteúdos dos quais o livro didático é portador, o consideram como um objeto físico, ou seja, como um produto fabricado, comercializado, distribuído ou, ainda, como um utensílio concebido em função de certos usos, consumido — e avaliado — em um determinado contexto. (Choppin, 2004, p. 554).

Nessa perspectiva, no primeiro caso, o que interessaria seria o conteúdo do livro didático, enquanto no segundo, a atenção estaria no livro didático em si. Todavia, temos observado uma série de esforços para ultrapassar essa distinção, que se expressam principalmente em dois movimentos.

Uma primeira transformação consiste no reconhecimento de que o livro didático é constituído por uma intrincada rede de elementos. Desse modo, os usos, a fabricação,

a comercialização e outras discussões também transcendem a dimensão física do livro escolar.

Em segundo lugar, tem-se intensificado a percepção de que o foco da pesquisa em um elemento externo não desculpa a desatenção para as especificidades dos debates relacionados ao livro didático. Toda vez que o consideramos como uma fonte, é essencial termos uma percepção adequada desse material, pois se trata de um passo fundamental, inclusive, para o estudo de questões que são consideradas externas a ele.

O estudo de representações sobre determinado conteúdo historiográfico, nesse sentido, está intrinsecamente conectado a uma abordagem qualificada da coleção didática quanto aos seus objetivos, público e demais questões. Por outro lado, a investigação desses conteúdos históricos pode trazer contribuições que nos auxiliam na compreensão dos livros escolares.

Como resultado do esforço de ultrapassarmos essa dicotomia, temos observado que os conteúdos históricos no livro didático continuam sendo amplamente pesquisados, mas esses estudos passam a dialogar com outras dimensões dos livros escolares, como exemplificado em Oliveira (2022), que discute o patrimônio cultural nos livros didáticos, mas o faz dialogando com as especificidades do PNLD, dos objetivos do ensino e de outros fatores para compreender a forma pela qual esse saber é veiculado.

Em qualquer estudo, são necessários recortes adequados. Porém, o ensino de história tem reforçado que esses recortes não significam a desconsideração das outras facetas do livro escolar. Assim como ocorre com qualquer fonte, devemos evitar a simplificação do livro didático quando o estudamos, pois suas várias dimensões estão interconectadas.

Antigas e novas problemáticas de pesquisa

Apesar da proliferação dos estudos sobre livros didáticos, seus elementos não são investigados na mesma proporção. Para uma compreensão adequada não apenas do que acreditamos conhecer sobre esse material, mas também dos vícios e tendências que persistem na nossa interpretação desse objeto, cabe observar em que questões as pesquisas com livros escolares se concentram ao longo do tempo.

Para facilitar a compreensão dessa transformação, seguimos a distinção sugerida por Choppin (2004) entre pesquisas que focam no conteúdo e outras que analisam o livro didático enquanto objeto físico. Apesar dos esforços pela superação dessa dicotomia, o uso provisório dessas duas categorias permitirá uma comparação compreensiva com as discussões do autor e a forma pela qual ele interpretou a pesquisa da literatura escolar.

Iniciando com a categoria das pesquisas do conteúdo, conforme Choppin (2004), o interesse pelo tópico na análise de livros escolares contemporâneos se desenvolveu, primeiramente, no âmbito administrativo. Seja para a censura, o favorecimento de discursos nacionais ou para evitar a reprodução de estereótipos e a desestabilização da paz, visava-se garantir a fiscalização e o controle do que era veiculado, a fim de atender a visões nacionais específicas. Frente a essa situação, o autor observa:

O mesmo aconteceu, conseqüentemente, no domínio da pesquisa acadêmica. A análise científica dos conteúdos é marcada por duas grandes tendências: a primeira, por muito tempo privilegiada pelos pesquisadores e que continua ainda na atualidade, refere-se à crítica ideológica e cultural dos livros didáticos; a segunda, mais recente, mas que tem sido cada vez mais considerada desde o final dos anos 1970, analisa o conteúdo dos livros didáticos segundo uma perspectiva epistemológica ou propriamente didática. (Choppin, 2004, p. 555).

As duas subdivisões das análises focadas no conteúdo indicadas na citação persistem atualmente. Entretanto, o formato das pesquisas que priorizam o conteúdo do livro didático sofreu transformações significativas, associadas a críticas realizadas a esse tipo de abordagem.

Em particular, temos observado que, mesmo que o objeto de determinada pesquisa seja o conteúdo veiculado por um livro didático, esse recorte não justifica a simplificação das especificidades dos saberes escolares, editoriais e de outras naturezas articulados no universo do livro escolar. Nessa perspectiva, conforme indica o livro *Ensino de História: Fundamentos e métodos*, de Circe M. F. Bittencourt:

As críticas em relação aos livros didáticos apontam para muitas de suas deficiências de conteúdo, suas lacunas e erros conceituais e informativos. No entanto, o problema de tais análises reside na concepção de que seja possível existir um livro didático ideal, uma obra capaz de solucionar todos os problemas do ensino, um substituto do trabalho do professor. O livro didático possui vantagens e desvantagens como os demais materiais dessa natureza e é nesse sentido que precisa ser avaliado (Bittencourt, 2008, p. 300-301).

O assunto também é abordado por Margarida M. D. de Oliveira. Na tese *O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*, a autora denomina essa tendência investigativa que interpreta o livro didático de forma descontextualizada como “historiografia da falta”. Sobre ela, afirma-se:

[...] os estudos que analisam os livros didáticos, com raríssimas exceções, se referem aos erros cometidos pelos livros didáticos ou à inexistência de

temas em outros [...] muitas análises são corretas, porém, outras são incompletas no sentido de que pinçam o livro didático do seu contexto de produção e de circulação e das suas relações com o saber produzido. Além de vistos como uma literatura menor, são descolados da pesquisa histórica tanto que alguns que se dedicaram a essa área, tratam-na como um “outro lado” do trabalho, como se fosse algo impossível manejá-lo no espaço universitário (Oliveira, 2003, p. 88-89).

Nessa perspectiva, ainda que parte significativa da pesquisa com livros didáticos continue utilizando seu conteúdo para refletir sobre questões que ultrapassam esse material, esse exercício tem se transformado significativamente. Tais mudanças de perspectiva apresentam implicações importantes para a discussão epistemológica e didática desse objeto, mas ainda mais intensas para sua interpretação como objeto ideológico. Dessas várias repercussões, destacamos três.

Atualmente, entende-se que qualquer produção humana, seja didática, acadêmica ou outra, é acompanhada por uma ideologia. Nesse sentido, um primeiro problema na análise do livro enquanto objeto ideológico está em considerá-lo prejudicial por apresentar qualquer ideologia ou considerar que o próprio pesquisador não possui um viés ideológico. Da mesma forma, os próprios usuários do livro didático possuem bases ideológicas, que ressignificam esse material frente às demandas do espaço escolar.

Um segundo aspecto, que atualmente tem sido apontado quanto à análise ideológica do livro escolar, é a pressuposição de que há uma uniformidade ideológica em toda a coleção analisada. Enquanto pares que, em geral, assistiram a distintas matérias e acessaram leituras com perspectivas diferentes em cada uma delas, não é difícil compreendermos que também o livro escolar não é uma sinfonia monotônica, senão uma composição com diversos tons e formas.

Ainda nesse debate, a simplificação do livro escolar enquanto objeto que transporta uma ideologia não deve secundarizar a importância das demais discussões, pois o lucro, o conteúdo, os usos e todos os demais elementos não podem ser reduzidos a um determinante ideológico. Ao contrário, a historiografia tem compreendido, cada vez mais, a construção do livro escolar como uma interação desses vários elementos.

Nessa perspectiva, ainda que o estudo da ideologia realizado na atualidade possa ser visto como uma persistência das tendências anteriores, ele também é ruptura, pois assume outros pressupostos, especialmente o de que a ideologia não determina, mas dialoga na construção do livro escolar.

Apesar dessas críticas às abordagens que consideravam o livro didático como simples produto de uma ideologia, compreendemos que a história da pesquisa com livros escolares também precisa reconsiderar a dimensão não-linear da investigação da literatura escolar nesses debates.

Em particular, é necessário reconhecer que o estudo da ideologia, mesmo quando simplificador de uma realidade, pode, por vezes, responder às demandas de seu tempo. Na Ditadura Militar, por exemplo, esse tipo de abordagem permitiu denunciar as incongruências de um livro escolar retratado como imparcial pelas elites da época. Nesse sentido, conforme demonstra Silva (2024), as mudanças teórico-metodológicas não podem ser dissociadas do contexto histórico em que se inserem.

A compreensão adequada da investigação focada na ideologia é fundamental também para a constante reflexão sobre nossa própria atuação enquanto campo, pois não estamos totalmente imunes à distorção do livro escolar para que sirva aos nossos próprios interesses. O foco das pesquisas em alguns temas específicos e as lacunas em outras discussões são exemplos dessa delicada relação entre a função social da pesquisa acadêmica e o compromisso dela com a investigação da realidade.

Se a pesquisa do conteúdo estava dividida, no contexto de 2004, entre as que tinham por foco a ideologia e as que observavam o conteúdo de forma didática ou epistemológica⁴, atualmente podemos observar três categorias, similares, mas não iguais, ao período do autor.

A primeira dessas categorias reúne as investigações que associam elementos da análise ideológica com outros da abordagem epistemológica. Esses estudos representam parte significativa da pesquisa acadêmica atual e articulam aspectos simplificados e complexos do livro escolar. Assim, as interpretações do livro como instrumento ideológico, reproduzidor de um discurso acadêmico ou de vieses similares passam a ser associadas a outros elementos que complexificam seu entendimento.

Nessa perspectiva, por exemplo, diversos pesquisadores visam verificar se o livro didático se aproxima de suas perspectivas históricas, mas o fazem sem atribuir todas as insuficiências do livro escolar a ideologias. Outros estudos realizam esforços para demonstrar tanto questões positivas quanto negativas. Observamos, ainda, novas interpretações da ideologia e seu papel no livro escolar. Nesses vários aspectos, houve uma ruptura parcial com a tradição construída pelas análises ideológicas.

Um segundo componente continua focando na análise propriamente epistemológica do conteúdo de história, considerando-o em seu contexto enquanto elemento de um livro escolar⁵. A atenção desses estudos está voltada, em especial, à epistemologia, mais do que à discussão do seu potencial de ensino.

O terceiro grupo consiste nas pesquisas voltadas a questões de ensino. Trata-se da categoria mais rara de discussão do conteúdo do livro escolar. Assim, as pesquisas sobre a ideologia e a epistemologia atribuem pouca atenção às questões de ensino e aprendizagem e vice-versa.

Nesse aspecto, é possível compreender que, para as pesquisas que discutem a ideologia e a epistemologia, os debates do ensino pouco parecem contribuir para a forma pela qual a história é apresentada no livro escolar. Por outro lado, nos trabalhos

que enfatizam discussões de ensino de um conteúdo, frequentemente, a história é um fato a ser ensinado, não sendo amplamente questionada ou contextualizada⁶. Essa, contudo, é uma tendência mais do que uma situação absoluta.

Discutidas as pesquisas que focam no conteúdo e como se transformaram, prosseguimos para as investigações que não consideram o livro didático como portador de um conteúdo. Ao invés de pensar nas características e na historicidade do conhecimento veiculado por meio dos livros escolares, esse grupo de investigações que passaremos a discutir teria por foco a contextualização do próprio livro escolar.

Em relação a esse segundo grupo de pesquisas, que transgride a tradição do livro como simples veiculador de um conteúdo, ao longo do artigo de Choppin (2004), as principais menções e exemplificações que podemos identificar, com nomenclaturas variadas, são investigações que analisam a fabricação, a comercialização, a distribuição, os usos e a avaliação. Os estudos ligados a essas categorias apresentam, ainda, uma miríade de variações internas, dependendo do contexto e dos objetivos desejados.

As discussões sobre a produção do livro didático têm constituído uma das principais exigências para uma análise aprofundada de determinada coleção escolar. Contudo, se parece consensual o conhecimento do mercado editorial, continuam sendo proporcionalmente raras as pesquisas que estudam sua forma de operação⁷ e o contexto de produção específico de cada obra para que ela seja investigada.

A avaliação, por sua vez, ocupa pouco espaço na síntese de Choppin (2004). Para compreendermos a pouca atenção sobre esse assunto, que para nossa compreensão, envolve tanto a perspectiva da comunidade escolar como das instâncias responsáveis pela aquisição pública, vale destacar as diferenças espaciais⁸ e temporais⁹ em relação à realidade brasileira.

A distribuição, por outro lado, pensada como o processo entre a aquisição e a recepção pelos professores e alunos no espaço escolar, não foi aprofundada pelo autor e tampouco tem recebido atenção ampla no contexto atual. Trata-se, aliás, de uma das temáticas menos exploradas em relação ao livro didático¹⁰.

A comercialização do livro didático, também mencionada brevemente pelo autor, tem sido pensada, especialmente, como parte das trajetórias dos grupos editoriais¹¹ ou da relação geral e pública dessas editoras com o Estado¹². Poucas são as pesquisas que observam especificamente as dinâmicas do processo de comercialização, seja em relação aos livros escolares vendidos em âmbito particular¹³ ou ao processo efetivo de negociação dos livros públicos.

Por fim, o debate sobre os usos realizados do livro didático de História, assunto identificado pelo autor como emergente¹⁴, se tornou ainda mais evidenciado. Atualmente, percebemos a pesquisa dos usos do livro didático como um campo já consolidado de investigação que demonstrou as amplas diferenças entre a proposta original

de uma coleção e seus usos¹⁵. Alguns dos estudos mais recentes têm questionado, inclusive, a própria existência de uma perspectiva original identificável¹⁶.

Entre pesquisas isoladas e redes nacionais e internacionais

Alain Choppin sugere que a pesquisa com a literatura escolar se estabeleceu em uma abordagem fragmentada em diversos níveis, inclusive nas relações que eram construídas com os demais pesquisadores do assunto (Choppin, 2004). A superação desse contexto ainda estava ocorrendo na publicação do artigo em questão, o que nos leva a refletir sobre como a comunidade acadêmica, em diversos níveis, está se articulando no processo de investigação dos materiais didáticos.

Além de fatores como a pouca revisão por pares especializados, a pesquisa com a literatura escolar, em sua constituição, assumiria configurações nacionais. Mais do que abordagens comparativas e internacionais ou que privilegiem o diálogo entre pesquisadores de diferentes espaços, o estudo dos materiais escolares foi utilizado, frequentemente, para o reforço de memórias identitárias nacionais, como discute o autor:

É fácil perceber, no entanto, ao percorrer bibliografias especializadas que a maioria, e em certos países “recentes” quase a totalidade, da produção científica relativa à história do livro e das edições didáticas recai sobre os dois últimos séculos de nossa história, período no qual são forjadas as identidades nacionais, quando se constituem as nações modernas. Sendo assim, a pesquisa se desenvolveu também em um contexto nacional, chegando, muitas vezes, a participar do processo de construção das identidades nacionais ou do processo de sua preservação. (Choppin, 2004, p. 555).

Por outro lado, Choppin observa a constituição de equipes ou centros de pesquisa e de redes científicas internacionais dedicadas às questões específicas do livro e das edições didáticas, destacando o Textbook Colloquium e sua revista *Paradigm*, a International Textbook Research Network e sua *Newsletter* anual e a International Association for Research on Textbooks and Educational Media (IARTEM), que, em seu contexto, já teria realizado seis colóquios.

Por essas e diversas outras iniciativas, a pesquisa com livros didáticos estaria gradualmente enfrentando uma mudança de escala, passando a considerar, por um lado, as especificidades regionais e, por outro, o diálogo com o contexto de outros países (Choppin, 2004, p. 566). O campo passa, assim, por um processo de desnaturalização, tanto em relação aos recortes de pesquisa quanto aos responsáveis pela sua efetivação.

Em âmbito nacional, percebemos iniciativas como grupos de estudo e pesquisa, eixos temáticos em eventos, investigações realizadas de forma cooperativa¹⁷ e outras. Nessas várias situações, os especialistas brasileiros têm contribuído não apenas com a troca de dados para pesquisas individuais. Mais do que isso, se consolida um campo efetivo de pesquisa com didáticos. Trata-se de uma situação ainda mais distante daquela que Choppin (2004) indicou para as primeiras investigações com a literatura escolar.

A intensificação das colaborações entre os pesquisadores brasileiros contribui para importantes transformações na pesquisa com didáticos. Em particular, destacam-se a construção gradual de uma epistemologia própria e o reconhecimento das especificidades dos livros didáticos brasileiros, tanto ao nível nacional como em relação às suas particularidades regionais.

Essas conexões entre pesquisadores nacionais do livro didático de História são fundamentais para a valorização da trajetória histórica e da produção acadêmica desse país. O colonialismo repercutiu em diversos preconceitos, como o de que a priorização da historiografia internacional, especialmente do Norte global, implicaria em pesquisas de melhor qualidade. Em especial, as pesquisas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país seriam ainda mais desvalorizadas em relação às do Sudeste.

Em contraponto a essa situação, o Ensino de História tem demonstrado que as respostas procuradas na bibliografia internacional frequentemente já estão presentes em outras pesquisas brasileiras, que se demonstram tão originais e necessárias quanto as de outros países.

Como exemplo, diversas pesquisas recorreram à bibliografia internacional para problematizar a essencialização do livro didático como instrumento ideológico. Contudo, no próprio contexto nacional, já estavam presentes vozes que criticavam essa simplificação e sugeriam caminhos alternativos (Costa; Oliveira, 2007). Essa percepção aponta para a necessidade de uma nova interpretação da história do livro didático de História brasileiro, bem como da trajetória de sua pesquisa no Brasil.

Observadas as transformações quanto ao formato de colaboração entre os acadêmicos brasileiros, vale observar que a pesquisa internacional também tem intensificado sua presença. Esses diálogos e comparações com as perspectivas de outros países têm contribuído com a apresentação de outras compreensões e problemas, à medida que o livro didático possui diferentes configurações, que não variam apenas ao longo do tempo, mas também ao longo dos espaços.

Em particular, percebemos como o processo de diálogos internacionais, ainda incipiente há duas décadas, recebeu importante desenvolvimento. As principais transformações estão nas comparações com os livros didáticos de outros países, que passam a ser tema de diversas investigações. Contudo, o contato com os pesquisadores de

outros países permanece raro, embora diversas colaborações tenham sido observadas em projetos de pesquisa¹⁸, eventos¹⁹, dossiês²⁰ e outros âmbitos.

Mais do que uma intensificação dos diálogos internacionais, contudo, vale observar que o próprio formato dessas conexões tem se transformado. Apesar da importância da historiografia europeia e, particularmente, francesa (exemplificada por Choppin, 2004), estamos redescobrimo outras realidades e perspectivas nas últimas décadas. Nesse sentido, além do estabelecimento de conexões com outros países da Europa, passamos a conectar a realidade brasileira a todos os continentes habitáveis.

Nessa perspectiva, a América Latina e, em seguida, os países africanos em que se pratica a Língua Portuguesa passaram, atualmente, a assumir papel fundamental nas análises que circulam no Brasil quanto ao livro didático de História enquanto objeto internacional.

A utilização de bibliografia europeia e o diálogo com autores de tal continente continuam integrando intensamente a pesquisa com livros didáticos de história. Porém, além de dialogarmos com múltiplas especialidades, a bibliografia europeia deixa, cada vez mais, de ser percebida como base para a nossa interpretação da realidade, sendo antes considerada como uma ferramenta para o processo de construção das nossas próprias epistemologias e visibilização de realidades silenciadas.

Considerações finais

De forma semelhante ao seu objeto, a pesquisa historiográfica sobre o livro didático está sujeita às intenções e perspectivas de seu contexto, sendo necessária atenção constante para que nossas definições e abordagens estejam em sincronia com os parâmetros atuais da pesquisa sobre esse material.

A presente discussão explorou essa historicidade da pesquisa com o livro escolar, comparando questões que Choppin (2004) abordou em seu estado da arte com as transformações das duas últimas décadas. Foi possível demonstrar que estamos vivenciando novas formas de definir e pesquisar o livro didático, com mudanças nos problemas, procedimentos e sínteses desse objeto, o que tem resultado, por sua vez, em novas tendências e posicionamentos que ainda não estão amplamente divulgados.

As novas definições de livro didático são um exemplo dessa transformação. Embora esse material tenha sido, por muito tempo, pensado a partir de uma dimensão considerada central, demonstramos a emergência de conceitos que buscam evitar sua essencialização, explicando-o de forma que nenhum de seus elementos seja considerado secundário para sua compreensão adequada.

De forma similar, as temáticas antigamente divididas entre as que exploravam o conteúdo no livro didático e as que abordavam o material em si, passam a incorporar

elementos de superação dessa dicotomia, compreendendo o conteúdo como parte de um universo plural e interconectado.

Em terceiro lugar, demonstramos que fazer história sobre o livro didático, gradualmente, tem passado a depender de novas formas de articulação com outros especialistas sobre esse objeto. É fundamental que forcemos essas conexões para realizarmos avanços de maior porte no campo, tanto no fortalecimento do ensino de História quanto na exploração de outros problemas e abordagens inviáveis para um único pesquisador.

Neste artigo, demonstramos que, apesar do aumento das pesquisas sobre o livro didático ao longo das duas últimas décadas, diversas questões permanecem pouco exploradas e novas problemáticas têm emergido. Esperamos que esta síntese contribua para historicizar e pluralizar a pesquisa sobre esse objeto, fortalecendo novas agendas de investigação.

Referências

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 529-575.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *Portaria nº 2.664, de 6 de março de 2026*. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Brasília, DF: CNPQ, 2026a. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/23142775. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programas do livro*. 2026b. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos: Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências: 1ª a 4ª séries*. Brasília: FAE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Política e economia de mercado do livro didático no século XXI: globalização, tecnologia e capitalismo na educação básica nacional. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (org.). *Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 83-100.

CHAVES, Edilson Aparecido. *História, organização, preservação e acessibilidade de acervos: o Memorial do Programa Nacional do Livro Didático*. Prefácio de Margarida Maria Dias de Oliveira. Ananindeua, PA: Cabana, 2024.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. DOI: 10.1590/S1517-97022004000300012.

COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 147-160, jan./jun. 2007.

FREITAS, Itamar. “Livro didático”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 143-148.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: processo de uma política e possibilidades de aperfeiçoamento (Brasil). In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; COSTA, Aryana (org.). *Para que(m) se avalia? Livros Didáticos e Avaliações (Brasil, Chile, Espanha, Japão, México e Portugal)*. Natal: EDUFRRN, 2014. p. 11-26.

GATTI JR., Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru: Edusc, 2004.

GREVER, Maria; VAN DER VLIES, Tina. Por que as narrativas nacionais permanecem? Revisão de literatura sobre novas perspectivas na pesquisa dos livros didáticos de história. *Revista Escritas do Tempo*, Marabá, v. 2, n. 5, p. 39-65, jul./out. 2020. DOI: 10.47694/issn.2674-7758.v2.i5.2020.3965.

JARA, Miguel Angel. Los materiales didácticos en la enseñanza de la historia y de las ciencias sociales en Argentina: percepciones del profesorado. *Revista Escritas do Tempo*, Marabá, v. 2, n. 5, p. 243-264, jul./out. 2020. DOI: 10.47694/issn.2674-7758.v2.i5.2020.243264.

MATTOZZI, Ivo. Uma nova história geral didática para compreender o mundo e agir como cidadãos globais. *Revista Escritas do Tempo*, Marabá, v. 2, n. 5, p. 198-225, jul./out. 2020. DOI: 10.47694/issn.2674-7758.v2.i5.2020.198225.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Expandindo as fronteiras do ensino: os conteúdos multimídias nas coleções de História do PNLD 2014. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 18, n. 31, p. 186-201, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTIERAS/article/view/5463>. Acesso em: 1 dez. 2025.

MOREIRA, Kênia Hilda; SILVA, Marilda da. *Um inventário: o livro didático de História em pesquisas (1980 a 2005)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012. DOI: 10.4322/rbhe.2013.008.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. *O patrimônio cultural e os livros didáticos de História*. Curitiba: Appris, 2022.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*. 2003. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. *ProfHistória: o dito e o feito*. Ananindeua: Cabana, 2022.

QUINZANI, Rafael Fiedoruk. *Que saberes compõem o livro didático de História atual no Brasil (2001-2015)*. 2023. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SALTO, Victor Amado; FUNES, Alicia Graciela. Los materiales didácticos para la enseñanza de la historia en la formación docente. *Revista Escritas do Tempo*, v. 2, n. 5, p. 226-242, jul./out. 2020. DOI: 10.47694/issn.2674-7758.v2.i5.2020.226242.

SILVA, Anne Cacielle Ferreira da. *Estado do conhecimento sobre o livro didático de história em dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação no Brasil (1990-2015)*. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SILVA, Fábio Alexandre da. *Concepções de ditadura em livros didáticos de história: uma análise pela ótica da historiografia didática (1970-2020)*. 2024. 223 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

SOARES, Jandson Bernardo. *Espaço escolar e livro didático de história no Brasil: a institucionalização de um modelo a partir do Programa Nacional do Livro Didático (1994 a 2014)*. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SOARES, Jandson Bernardo. *O livro didático disputado: uma análise do espaço didático-editorial brasileiro (1995-2016)*. 2023. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SQUINELO, Ana Paula. Concepções historiográficas e ensino de história: a Guerra do Paraguai nas coleções didáticas Projeto Radix: História e História, Sociedade & Cidadania (PNLD 2014). *Diálogos*, Maringá, v. 19, n. 3, p. 1121-1139, 2015. DOI: 10.4025/dialogos.v19i3.33733.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira (coord.). *Escolha e uso do livro didático de história: pesquisa interinstitucional (Ensino Fundamental – Brasil / 2006)*. Natal: EDUFRRN, 2008. 37 p.

UNIFESSPA. *Unifesspa integra pesquisa internacional sobre narrativas históricas nos livros didáticos*. Marabá, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/noticias/4421-unifesspa-integra-pesquisa-internacional-sobre-narrativas-historicas-nos-livros-didaticos.html>. Acesso em: 5 dez. 2025.

ZOIA, Alceu; GARCIA, Tânia Maria Figueiredo Braga. Manuais escolares: sobre as tramas de complexas relações: uma entrevista com Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia. *Revista Eventos Pedagógicos*, Sinop, v. 12, n. 1 (30), p. 265-283, jan./jul. 2021. DOI: 10.30681/rep.v12i1.10331.

Notas

- 1 Em conformidade com a portaria Brasil (2026a), que exige a declaração de qualquer uso de inteligência artificial generativa na atividade científica do CNPq, destacamos que fizemos uso controlado da ferramenta ChatGPT, especialmente para fins de revisão textual e interlocução crítica, de forma que tal ferramenta não guiou o processo de pesquisa e de escrita, sendo utilizada como forma de identificar lacunas e erros. Em todos os procedimentos, assumimos responsabilidade pelas informações apresentadas.
- 2 Em Quinzani (2023), realiza-se um levantamento de 493 estudos sobre o livro didático de História. Em 435 trabalhos, foi possível acessar dados suficientes para dividi-los de acordo com o que os textos visavam analisar quanto a esse material didático, como usos, relação com o mercado editorial e outras dimensões. Entre os diferentes tipos de estudos, os trabalhos focados em uma revisão da produção acadêmica sobre o material em questão consistem em apenas 14. Dentre os novos esforços de síntese da pesquisa com livros didáticos de História, também destacamos Moreira; Silva (2011) e Silva (2018), exemplos de estudos que investigaram sistematicamente as dissertações e teses brasileiras, embora sejam distintos na abordagem e no escopo analisado (1980 a 2005 e 1990 a 2015, respectivamente). Também deve-se mencionar o artigo de Kazumi Munakata (2012), que faz uso de sua ampla

trajetória de produção e orientação para discutir alguns dos trabalhos que apontam para novas abordagens ou tendências de investigação que têm se destacado no campo. Além disso, observamos sínteses sobre períodos ou temáticas específicas, como a História do Livro Didático de História.

- 3 Moreira Leite (1980 apud Munakata, 1997, p. 100) aponta que o livro didático condensa e simplifica os conteúdos para a atividade escolar. Takahashi (1980 apud Munakata, 1997, p. 100) adiciona outra camada, vendo esse material como mercadoria e objeto cultural que veicula conteúdos por meio de metodologias específicas. Oliveira (1984 apud Munakata, 1997, p. 100), por sua vez, o define como um material impresso, estruturado e destinado ao processo de aprendizagem. Munakata (1997) destaca sua dimensão material, ressaltando o envolvimento com o mundo editorial. Em suma, observamos que cada uma das definições discutidas destacou dimensões importantes na pesquisa com didáticos, mas simultaneamente desvalorizou outras, como a escolha, os usos e demais aspectos.
- 4 Considerando o contexto do artigo, por análise epistemológica do conteúdo, compreendemos que o autor se refere a pesquisas que vão além da busca em definir o conteúdo do livro escolar como falso ou verossímil, para compreendê-lo enquanto fenômeno complexo, englobando questões como os processos de construção e legitimação, as concepções, os elementos culturais e outras que acompanham esse conteúdo. Para essa perspectiva, valoriza-se a história no livro escolar enquanto existência cultural que, como tal, não depende de verossimilhança em relação à perspectiva do pesquisador e de seu referencial.
- 5 Como exemplo de estudo que contextualiza a história em sua configuração de ensino, Squinelo (2015) publicou o artigo Concepções historiográficas e ensino de história: a Guerra do Paraguai nas coleções didáticas Projeto Radix: História e História, Sociedade & Cidadania (PNLD 2014). Nesse, mais do que conceber a si como detentora da verdadeira narrativa histórica e comparar o livro didático a ela, a autora visa compreender que concepções historiográficas relacionadas à Guerra do Paraguai inspiram os livros didáticos, mesmo quando possui preferências, como pesquisadora, sobre cada uma dessas.
- 6 O estudo Expandindo as fronteiras do ensino: os conteúdos multimídias nas coleções de História do PNLD 2014 (Maynard, 2016), por exemplo, não questiona significativamente a história ensinada. A prioridade está nos vários potenciais das multimídias, independentemente dos debates históricos que elas incluem.
- 7 Uma quantidade significativa de estudos sobre o mercado editorial usualmente pode ser verificada nas referências bibliográficas das pesquisas com didáticos. Contudo, em Quinzani (2023), de um total de 435 estudos dos quais foram levantadas informações sobre o aspecto do livro escolar que foi investigado, somente foram verificados 9 que estavam focados no mercado editorial.
- 8 Em particular, o PNLD é “um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo” (Brasil, 2026b). Observamos, nele, um sistema centralizado, de abrangência nacional e contínuo de avaliação, aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos.
- 9 Em Quinzani (2023), a pesquisa histórica é dividida em cinco momentos. Nos dois primeiros (até 2000 e entre 2001-2005), as pesquisas que investigam a relação entre livros didáticos e o Estado são quase inexistentes. Nos dois recortes seguintes (2006-2010 e 2011-2015), essa temática foi a terceira mais pesquisada e, no recorte final (2016-2020) tornou-se a segunda mais explorada.

- 10 Em Quinzani (2023), das 435 pesquisas em que foi possível identificar a investigação de uma dimensão do livro didático, apenas uma delas teve por foco a distribuição desse objeto. A insuficiência do conhecimento sobre esse aspecto se torna ainda mais evidente quando consideramos a variedade de situações escolares brasileiras.
- 11 Cassiano (2017), por exemplo, discute a emergência de conglomerados responsáveis por diversas editoras que participam do mercado de didáticos. Assim, embora a comercialização de livros escolares no âmbito privado não seja o foco da autora, alguns aspectos dessa discussão acabam sendo abordados.
- 12 Embora casos específicos de comercialização não sejam o foco de sua investigação, os estudos de Soares (2017; 2023) podem contribuir para percebermos que a organização do Programa Nacional do Livro Didático e suas transformações ao longo do tempo se fazem na relação com uma diversidade de setores da sociedade brasileira, dentre os quais, o mercado editorial. Observe-se, também, os diversos debates de Munakata (1997), como as críticas à forma como o PNLD realizou a seleção de 1996, onde diversas coleções didáticas foram excluídas sem a explicitação dos motivos pelos quais elas estavam sendo eliminadas, provocando graves consequências para o mercado editorial.
- 13 Dentre as motivações para a relativa desatenção às questões relacionadas à venda particular de didáticos, destacamos a proeminência do PNLD. Contudo, nem todos os países possuem essa participação estatal na aquisição dos materiais escolares.
- 14 De acordo com o autor, as pesquisas sobre livros didáticos passaram a relativizar a ideia de uma influência direta e homogênea desses materiais sobre alunos e professores a partir dos primeiros anos da década de 1980, com gradual intensificação nas décadas seguintes (Choppin, 2004).
- 15 Em entrevista concedida à Revista Eventos Pedagógicos, Tânia M. F. B. Garcia enfatiza que “as pesquisas têm mostrado que os caminhos de uso dos livros nas aulas não correspondem a respostas mecânicas, a meras ações de reprodução” (Zoia; Garcia, 2021, p. 272). A pesquisadora também discute diversas situações que exemplificam a variedade de usos dos livros escolares.
- 16 Atualmente, a proposta de um livro didático deve considerar, necessariamente, a flexibilidade dos usos possíveis para dialogar com a diversidade de docentes e discentes que fazem parte do espaço escolar brasileiro. Disso decorre que nem sempre há uma única forma de utilização ou “origem” à qual os usos possam ser comparados. Ademais, se compreendemos que o livro didático é constituído por meio de seus usos (Freitas, 2019), qualquer forma de utilização pode ser considerada original. Ao sugerir uma originalidade, o investigador está assumindo que o livro didático em análise foi produzido com a compreensão de que uma única forma de utilização é legítima e desconsiderando a variedade de situações e agentes que fazem parte do processo educacional. Assim, mais do que a comparação a um suposto uso original ou natural, os debates atuais implicam que, antes, a variação é a norma e deve ser explorada em comparação com outras abordagens práticas.
- 17 Em exemplo de cooperação de diversos pesquisadores brasileiros, o livro Ensino de história: entre políticas e narrativas conta com a colaboração de estudiosos de diversas regiões brasileiras para discutir os resultados de um amplo levantamento realizado por bolsistas UERJ e FAPERJ. Por meio desses dados, especialistas puderam discutir suas próprias áreas de especialidade e fazer um balanço do tratamento de diversas temáticas em livros escolares. De forma similar, o livro Escolha e uso do livro didático de história: pesquisa interinstitucional (Ensino Fundamental – Brasil / 2006) (Stamatto, 2008) discute resultados

de um estudo colaborativo sobre a escolha e o uso do livro didático. A pesquisa teve como coordenadoras gerais Maria Inês Sucupira Stamatto e Marlene Rosa Cainelli, além de 14 coordenadores regionais distribuídos por oito estados brasileiros. Por meio dela, foram coletados e sistematizados em uma mesma base de dados os resultados de 348 entrevistas padronizadas. Essas entrevistas foram realizadas com professores de História do 6º ao 9º ano e englobam questões como os fatores que influenciam na escolha de um livro escolar, como o seu uso ocorre na prática e as principais demandas e expectativas dos docentes sobre esse material.

- 18 A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e a Universidade Federal do Paraná exemplificam essa colaboração ao participarem do projeto Las Ciencias Sociales en lo ámbito iberoamericano: análisis de libros de texto, discutindo questões relacionadas ao livro didático em iniciativa realizada pelo Centro Internacional de la Cultura Escolar, que envolveu 20 universidades distribuídas em seis países ibero-americanos (Unifesspa, 2020).
- 19 Um exemplo significativo é a International Association for Research on Textbooks and Educational Media (IARTEM), associação internacional dedicada ao estudo de livros didáticos e materiais educacionais. Fundada em 1991, ela reúne pesquisadores de diversos países e promove conferências, publicações e redes de colaboração voltadas ao desenvolvimento teórico e metodológico da pesquisa em manualística e meios educativos. Sobre essa associação, destaca-se que, no contexto de Choppin (2004), os seus eventos eram, basicamente, uma exclusividade da Europa. Desde então, a América Latina tem contribuído fundamentalmente com a associação, por meio de conferências regionais em Curitiba - BR (2012), Pereira - CO (2016), Buenos Aires - AR (2018) e Santiago - CL (2023), todas com significativa participação brasileira. Em particular, destaca-se que a conferência de Curitiba foi a primeira da associação a ser realizada fora do contexto europeu.
- 20 No dossiê Ensino de História, livro didático e formação docente, podemos observar estudos advindos de pesquisadores da Holanda (Grever; Van Der Vlies, 2020), Itália (Mattozzi, 2020) e Argentina (Salto; Funes, 2020; Jara, 2020).

Recebido em: 28 de dezembro de 2025

Aprovado em: 06 de julho de 2026